

■ Caminhos para a construção do Inventário Social, Histórico, Cultural e Ambiental junto à Escola do Campo

Paths for the construction of the Social, Historical, Cultural and Environmental Inventory in compliance with the Rural School

 Ana Carolina Pinto de Souza Seixas *

Recebido em: 17 mar. 2022
Aprovado em: 16 maio 2022

Resumo: O presente artigo visa analisar os aspectos conceituais do Inventário Social, Histórico, Cultural e Ambiental da escola do campo. Em breve consideração, apontam-se as diferenças e os possíveis diálogos entre o Inventário e o Projeto Político Pedagógico no âmbito da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, o que consiste em uma das primeiras indagações das escolas do campo sobre a elaboração de ambos os documentos. É evidente, dentre as matrizes formadoras da Educação do Campo, a organização coletiva e o seu papel educativo na comunidade escolar, o que reforça o Inventário como fruto de um trabalho conjunto. A produção material e científica, no contexto apresentado, depende de um ciclo constante que envolve o recorte geográfico da pesquisa, o estudo e o planejamento coletivos, o levantamento de dados por meio de atividades pedagógicas, a sistematização, a publicação e a avaliação. Nesse sentido, o artigo pretende contribuir não apenas para a construção do Inventário, mas para a construção da própria escola do campo.

Palavras-chave: Inventário Social, Histórico, Cultural e Ambiental. Organização coletiva. Metodologia. Escola do campo.

Abstract: This article aims to analyze the conceptual aspects of the Social, Historical, Cultural, and Environmental Inventory of the rural school. In a brief consideration, the differences and possible dialogues between the Inventory and the Pedagogical Political Project within the State Department of Education of the Federal District are described, consisting in one of the main inquiries of rural schools about the elaboration of both documents. The collective organization and its educational role in the rural school community are notorious among the formative matrices of Rural Education, which reinforces the Inventory as the result of joint work. The material and scientific production in the presented context depends on a constant cycle that involves the geographic scope of the research, the collective study and planning, the collection of data through pedagogical activities, the systematization, the publication, and the evaluation. In this sense, the article intends to contribute not only to the construction of the Inventory, but looks forward to the construction of the rural school itself.

Keywords: Social, Historical, Cultural and Environmental Inventory. Collective organization. Methodology. Rural school.

* Ana Carolina Pinto de Souza Seixas. Contato: anacarina.sedf@gmail.com

1. O Inventário como identidade da escola do campo

De acordo com o Censo Escolar (DISTRITO FEDERAL, 2020), a rede pública de ensino do Distrito Federal (DF) dispõe, atualmente, de 80 escolas categorizadas como “escola do campo”. Essa designação tem origem na política territorial vigente do ente federativo, que tem no Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) o seu instrumento básico (*ibidem* 2009). A partir do Zoneamento e das Unidades de Planejamento Territorial que integram o PDOT, as escolas são classificadas conforme sua respectiva localização, seja em zona rural ou urbana.

Por outro lado, o conceito “escola do campo” ultrapassa, e muito, essa determinação. Pode-se dizer, inclusive, que a escola do campo no DF consiste em uma experiência em construção, desde a nomenclatura até a formação de sua identidade. Nesse sentido, muito avançou-se em políticas públicas voltadas à Educação do Campo e aos seus instrumentos norteadores do trabalho diário nas escolas ao passo em que as comunidades escolares - com realce à atuação do corpo docente e das equipes gestoras - buscam a formação nessa área e se engajam, juntamente a outros profissionais¹, na construção de uma escola do campo alicerçada em princípios, matrizes formativas e práticas pedagógicas.

Na busca por essa identidade, o Inventário² emerge como a substância principal. Sua elaboração requer o estudo e o debate acerca dos referenciais teóricos da Educação do Campo; o planejamento coletivo e interdisciplinar do levantamento de informações sobre o território onde a escola se insere; o registro *in loco* das atividades planejadas, do qual se extraem os conteúdos para análise e sistematização; e, por fim, a escrita e a publicação do documento. A realização de cada uma dessas etapas estimula a reorganização do trabalho pedagógico, no sentido de conferir o protagonismo aos estudantes, o exercício da coletividade e a definição de objetivos comuns no âmbito escolar. É claro que a escola se constitui, por natureza, enquanto ambiente coletivo. Mas a construção do Inventário propõe, para além dessa coletividade cotidiana, uma busca de instrumentos para compreensão e análise crítica acerca da realidade local, que se faz possível a partir da ligação entre as componentes curriculares e a vida que circunda a escola. Esse conhecimento coletivo acerca da dinâmica territorial da qual a unidade escolar exerce papel central de acolhimento, pertencimento e transformação é exatamente o que se espera de uma escola do campo, assentada, portanto, em sua identidade.

2. O Inventário como metodologia de pesquisa

Além de conferir identidade à escola do campo, o Inventário Social, Histórico, Cultural e Ambiental consiste na principal metodologia de levantamento etnográfico sobre a comunidade escolar e local. Isso significa que a construção do Inventário compreende o meio pelo qual a escola se reconhece enquanto escola do campo. Essa concepção metodológica do Inventário, defendida no Caderno de Pressupostos Teóricos do Currículo em Movimento (DISTRITO FEDERAL, 2013), inspira o funcionamento da escola como uma pequena instituição de pesquisa sobre o seu entorno e produtora, portanto, de ciência e conhecimento a partir das etapas de construção do documento, desde o planejamento coletivo até a sistematização completa das informações levantadas.

Essas etapas, que consistem em estudo, planejamento, realização da atividade planejada, registro, sistematização e publicação, fornecem materiais a serem explorados conforme os objetivos e os conteúdos do currículo. Dessa forma, a construção do Inventário deve ser entendida, não como uma atividade extra a ser desenvolvida pela escola ou por uma professora³ de forma isolada, mas sim como uma prática curricular coletiva inerente às escolas do campo. O Inventário do Centro Educacional Programa de Assentamento Dirigido - DF (CED PAD-DF 2021) exemplifica essa interlocução entre esse documento e o currículo na medida em que os dados coletados, junto à comunidade, acerca da história de vida das famílias materializam-se em fontes didáticas para as aulas de Língua Portuguesa, Ciências, História e Geografia.

Ainda em relação à pesquisa, cabe mencionar a sua característica intrínseca ao funcionamento da escola e ao trabalho das professoras. O dia a dia em sala de aula demanda a realização de etapas similares às aquelas referidas ao Inventário, como estudo, planejamento, concretização da atividade planejada, registro e avaliação. A dinâmica escolar, no entanto, não costuma considerar a sistematização e a publicação como peças elementares ao processo de ensino e aprendizagem. A carência dessa compreensão pode ser justificada pelo excesso de conteúdos formais e pela superlotação das salas de aula, dentre outros obstáculos diários que as professoras tem de enfrentar no cumprimento de seu trabalho. Dessa maneira, a realidade da sala de aula e a situação em que se encontra as escolas se consolidam como limitações ao desenvolvimento da pesquisa. Uma saída para superar esse entrave é entendê-la como parte da organização do trabalho pedagógico, atribuindo a ela tempo e espaço de existência na vida escolar, e assim recuperar a função da escola enquanto produtora do conhecimento. Para essa finalidade, o Inventário, ao versar um caminho a ser percorrido pelas escolas do

campo na intenção de identificar as fontes educativas do território, funciona como instrumento integrador entre conteúdo curricular, realidade local e produção de conhecimento científico.

3. O inventário como fonte de consulta

Outro aspecto do Inventário advém de seu uso como fonte de estudo, consulta ou pesquisa. Do ponto de vista documental, o registro acerca da comunidade escolar e local - quando apresentado em forma de livro, artigo ou portfólio, sejam nas versões física ou digital - funciona como referência e orientação à prática pedagógica cunhada na própria escola. De acordo com a Portaria n.º 15, de 11 de fevereiro de 2015, que aprova o Regimento Escolar, um dos princípios da Educação do Campo consiste em:

[...] o desenvolvimento pedagógico e curricular a partir da vinculação às matrizes formativas das populações do campo, identificados por meio de um inventário da unidade escolar e da comunidade, como atividade de pesquisa a ser realizada por docentes, estudantes e comunidade, de forma que os saberes e os fazeres do povo camponês constituam referência para a práxis pedagógica. (DISTRITO FEDERAL, 2015).

Acrescenta-se ao Inventário, portanto, a sua pertinência enquanto fonte de estudo e consulta para as escolas do campo. Como exemplo dessa aplicação, pode-se citar os Inventários da Escola Classe (EC) São Bartolomeu (2020), do Centro de Ensino Fundamental (CEF) Cerâmicas Reunidas Dom Bosco (2020) e do CED PAD-DF (2021). Todos esses têm sido usados como material de análise para as formações em Educação do Campo conduzidas pela Subsecretaria de Formação Continuada dos Profissionais da Educação (EAPE) e auxiliado as escolas do campo na elaboração de seus próprios documentos.

4. O Inventário em constante atualização

Cabe ressaltar, também, a natureza dinâmica do Inventário, como peça a ser atualizada a cada ano. Essa atualização exige o estudo constante por parte da escola, o cuidado em relação às mudanças que eventualmente ocorrem no território e a atenção no tratamento igualitário entre as diferentes comunidades atendidas pela escola, sejam elas oriundas do campo ou da cidade. A essa última exigência, incidem dúvidas frequentes, haja vista as escolas do campo não atenderem exclusivamente as comunidades agrícolas.

Quanto a esse tema a discussão não tende a se esgotar, pois conforme o Decreto n.º 7.352, de 4 de novembro de 2010, escola do campo é aquela situada em área

urbana ou rural que atenda majoritariamente a população do campo, cuja definição abrange:

os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural. (BRASIL, 2010).

No entanto, para fins de reforma agrária popular (MST, 2013), alguns autores têm considerado a importância da participação das populações urbanas na luta pela democratização da posse e do uso da terra no Brasil acrescida das lutas sociais, econômicas, políticas, ideológicas e ambientais como um todo (CARVALHO, 2013, p. 133). A população urbana que habita as periferias consiste no “símbolo da população excedente expulsa do campo” (SILVA, 2013, p. 72). As razões para essa expulsão decorrem de diversos fatores, tais como: instalação de mineradoras ou usinas, expansão da fronteira agrícola, aumento da violência no campo, desmatamento ilegal, pressão do crescimento urbano, dentre outros. Acontecimentos como esses culminam na perda da qualidade de vida no campo, o que provoca a migração das populações genuinamente camponesas para os núcleos urbanos, causando impactos irreversíveis no modo de vida dessas famílias.

Isso exposto, compete às escolas do campo o olhar cuidadoso sobre as comunidades urbanas, no sentido de entendê-las como parte de uma concepção ampla de sujeito do campo. Mapear as comunidades atendidas pela escola, sejam elas do campo ou da cidade, constitui tarefa essencial para delimitação do alcance da pesquisa a ser realizada por meio do Inventário. Então, a cada elemento novo ou desapercibido inicialmente, mas que se mostra capaz de alterar a dinâmica do território abrangido, gera-se a necessidade de atualização documental.

5. A relação entre o Inventário Social, Histórico, Cultural e Ambiental e o Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas do campo

Embora se apresentem em formatos, tempos e objetivos diferenciados, existe uma relação imbricada entre o Inventário e o PPP das escolas do campo. O significado de cada documento e o diálogo estabelecido entre ambos geram dúvidas por parte das escolas e, não raro, corresponde a uma questão inicial nas formações em Educação do Campo. Por isso, o presente estudo se propõe a incluir uma breve abordagem acerca dessa relação e destaca que, para uma compreensão mais ampla sobre o assunto, convém a leitura do artigo publicado por Souza (2018).

No tocante a esse diálogo, tanto o PPP quanto o Inventário se fazem fundamentais à organização do trabalho pedagógico, visto que são instrumentos de planejamento, gestão e conhecimento acerca da comunidade escolar. Enquanto o PPP corresponde às orientações gerais no campo pedagógico e administrativo das escolas, em consonância aos marcos normativos educacionais a níveis nacional e distrital, o Inventário aproxima a escola da comunidade, ao passo em que aprofunda o seu conhecimento acerca do território onde se insere. Em termos práticos, o Inventário corresponde a uma imersão em um dos aspectos do PPP, que é o da caracterização da comunidade atendida pela escola, e isso exige estudo, planejamento, registro e sistematização próprios.

Se, por um lado, o Inventário organiza-se em etapas de pesquisa ancoradas na etnografia; por outro, o PPP se vale de informações extraídas, em grande parte, da Administração Regional e adaptadas ao contexto de cada escola. Nessa abordagem, o PPP deve expressar que a escola se configura como escola do campo e que, portanto, encontra-se regida pelos marcos normativos da Educação do Campo, em menção explícita aos documentos formais construídos historicamente nas esferas nacional e local. Quanto ao Inventário, o PPP de uma escola do campo deve defender a sua realização, na medida em que se propõe a construí-lo como documento ratificador de sua identidade, como instrumento de pesquisa e de levantamento de informações que permite a profunda compreensão acerca da dinâmica do território.

Dessa forma, a abrangência de temas institucionalizados no PPP não confronta com o recorte específico e geográfico proposto pelo Inventário. Ambos os elementos se complementam e se mostram essenciais ao trabalho diário desenvolvido por uma escola do campo.

6. Como construir o Inventário Social, Histórico, Cultural e Ambiental das escolas do campo?

6.1 O estado da arte

Na tarefa de construção do Inventário, as escolas do campo do DF se encontram em estágios distintos, desde aquelas que não realizaram quaisquer ações com vistas ao Inventário, passando pelas que entregaram o documento ordinariamente à Gerência de Atenção à Educação do Campo (GCAM), mesmo sem a completa compreensão de seu significado, e finalmente alcançando as escolas que, além da entrega do documento, reconhecem a importância do Inventário e dos muitos caminhos que precisam percorrer até a sua completa finalização. Cabe ressaltar que, mesmo vencendo a etapa final, o Inventário requer a atualização constante,

dado o seu caráter dinâmico. Trata-se, portanto, de um instrumento complexo, e como toda alçada científica, exige disciplina em sua realização.

No que tange ao tempo mínimo necessário para a sua completa materialização, é razoável se pensar no período de três anos, se de fato atrelado ao cotidiano pedagógico da escola do campo. A partir do momento em que a construção do Inventário atravessa as escolas com qualidade inseparável à sua existência enquanto escola do campo, a procura por um modelo que inspire a sua elaboração torna-se relevante. Embora não exista esse modelo, existem referências, como o Manual de Aplicação desenvolvido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil 2016), em estreitamento entre a Educação do Campo e a Educação Patrimonial, ou como o Inventário do CED Agrourbano Ipê (2018), que apesar de não compor hoje a lista de escolas do campo do DF, possui o Inventário.

Como referências marcantes, destaca-se o papel das políticas públicas distritais, que se constituem balizas a realização do Inventário, com ênfase para o Regimento Escolar, pelas estratégias 8.19, 8.28 e 8.33 da meta 8 do Plano Distrital de Educação (PDE) 2015-2024, pelo art. 4º da Portaria n.º 419, de 20 de dezembro de 2018 e pelas oficinas propostas nas Diretrizes Pedagógicas da Educação Básica do Campo para a Rede Pública de Ensino do Distrito Federal (DISTRITO FEDERAL, 2015; 2015; 2018 e 2019). Percebe-se, ainda, que as escolas que se prontificam à formação continuada - seja a ofertada pela EAPE, pelo Programa Escola da Terra (BRASIL, 2013) ou pela via acadêmica *stricto sensu* presente nas universidades - são as que justamente avançam na elaboração do documento. Isso sugere que, nesse processo de construção da identidade da escola do campo, a formação de educadoras, e de toda a comunidade escolar, consiste em uma responsabilidade precípua.

Ancoradas nesses pilares, algumas escolas do campo progridem e produzem seus próprios Inventários. Como exemplo, pode-se citar as EC's São Bartolomeu, Sítio das Araucárias, Sonhém de Cima, Catingueiro, o CEF Cerâmicas Reunidas Dom Bosco, o CED PAD-DF, dentre tantas outras, cuja documentação apoia o caminho a ser percorrido pelas demais escolas. Se antes não havia um modelo, hoje temos importantes referências que não permitem deixar nenhuma escola desamparada nesse percurso.

6.2 O destaque para a Organização Coletiva como matriz da Educação do Campo

Em seu livro *Pedagogia do Movimento Sem Terra*, Caldart (2004) define as principais matrizes pedagógicas que formam o sujeito social chamado Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Para compreensão das origens do termo “Educação do Campo” e do lugar que ele ocupa hoje na rede pública de ensino do DF, faz-se indispensável a alusão ao mais expressivo movimento social de luta pela reforma agrária do país e a sua relação com Trabalho, Luta Social, Organização Coletiva, Terra, Cultura, História, Vivências de Opressão, Conhecimento Popular, dentre tantos outros elementos que contribuem à formação dessa nova teoria pedagógica (BARBOSA, 2012).

Neste tópico, o presente artigo se concentra na abordagem feita por Caldart (2004) no que tange à Organização Coletiva como matriz e, à luz da experiência educativa do MST, traz contribuições à formação de uma identidade coletiva que seja capaz de unir as educadoras de cada escola do campo e de aproximar essas escolas entre si. Não faltam motivos para essa aproximação quando se pensa em precariedade do transporte escolar, alta rotatividade de professoras e estudantes, alto índice de analfabetismo na comunidade, violência e pobreza, que se apresentam como realidades compartilhadas por quase todas as escolas do campo. A luta e a organização necessárias para superar essa condição, dada como exemplo, se constituem em elementos básicos à formação da coletividade, calcada na memória e na história de seus sujeitos como princípios educativos, ou seja, sujeitos que se educam à medida em que se organizam para lutar.

Sustentar uma prática pedagógica centrada no coletivo e não no indivíduo requer o desenvolvimento de uma disciplina escolar coletiva, pautada na divisão de tarefas e na realização responsável de cada uma dessas tarefas, assumida por cada membro, com vistas a alcançar objetivos comuns, seguir princípios e expressar valores. Diferentemente do discurso, a unidade de ação, conforme Caldart (2004), costura a identidade da escola, onde a referência maior cabe ao coletivo, e não ao indivíduo. Ainda que o processo de produção dessa identidade coletiva possa ser regado a conflitos, debates e contradições, que isso não seja visto como obstáculos intransponíveis, mas sim como elementos educativos e formadores do sujeito político, social e pedagógico.

Nesse caminho, a escola tende a desenvolver processos socialmente úteis, que dialoguem com as necessidades da comunidade e que possam oferecer perspectivas para melhor atendê-las. A isso, ressalta-se a importância das escolas como *loci* de produção de ciência e conhecimento, tal como demonstra a prática do Inventário. Esse contato com a realidade na qual vive a comunidade escolar recupera os meios para o funcionamento completo da escola enquanto instituição de Estado e, portanto, comprometida com o exercício de sua função social.

Fundamentada na coletividade como referência pedagógica, a escola pode e deve experimentar a auto-organização entre crianças e jovens, o que proporciona

ao segmento estudantil a possibilidade de escolher periodicamente os seus representantes, participar da tomada de decisões junto à equipe gestora e ao corpo docente bem como compartilhar de uma ampla divisão de tarefas a serem planejadas em coletivo. Experiências como essas têm referência histórica na Escola Única do Trabalho (PISTRAK, 2011) - modelo educacional adotado pela antiga União Soviética com vistas à reconstrução de seu sistema educacional após a Revolução Russa - e que, apesar das diferenças de contextos, convergem com os objetivos das classes trabalhadoras atuais do Brasil. Inspiradas por esses fundamentos, hoje relidos e manifestados na experiência pedagógica do MST, algumas escolas do campo do DF têm vivenciado a auto-organização de estudantes, com destaque para o ensaio da EC Lajes da Jiboia ao longo dos anos de 2017 e 2018.

Nesse trilhar de construção da identidade, as escolas do campo encontram na Organização Coletiva a matriz essencial para a formação humana de suas educadoras e seus educandos. A denominação de objetivos comuns na escola e a divisão de tarefas, entre os seus diversos segmentos, no intuito de alcançá-los por meio de um processo às vezes lento mas sempre educativo, consistem em princípios que favorecem a própria elaboração do Inventário Social, Histórico, Cultural e Ambiental.

6.3 Do estudo à prática em campo: por onde passam nossos caminhos?

Ao encontro do exposto nas Orientações para a Construção do Inventário Social, Histórico, Cultural e Ambiental⁴ (GDF, 2021), o estudo, o planejamento e a sistematização se conformam imprescindíveis à elaboração desse documento, independente do estágio em que se encontra a escola na realização dessa tarefa. Soma-se a esses processos, as fases de levantamento - para análise posterior - e, por fim, a publicação. Como

Fig. 1: Ações para construção do Inventário Social, Histórico, Cultural e Ambiental.



Fonte: Acervo próprio da autora.

nem sempre há clareza no tocante a essas etapas, este tópico se propõe a perpassar por cada uma delas, o que sugere uma sequência cumulativa de atividades pedagógicas associada à percepção de cada fase como uma unidade, ou totalidade, que se integra ao complexo de ações necessárias para a construção do Inventário (Fig. 1).

6.3.1. O recorte geográfico

A delimitação do território a ser inventariado depende de onde vivem as famílias atendidas pela escola. Esses dados costumam constar no PPP, e devem estar atualizados antes mesmo do estudo e do planejamento coletivo para a construção do Inventário. O recorte geográfico abrange, portanto, o local onde a escola se situa somado aos locais de moradia, o que engloba os trajetos diários dos estudantes, as relações sociais, os locais de produção e trabalho, os pontos de encontro comunitários, as relações com a natureza e a biodiversidade, as ruas, estradas ou avenidas, dentre outros elementos que formam o território a ser pesquisado.

Nessa perspectiva, o PAD-DF (2021), por meio de uma imagem simples produzida em *powerpoint*, determinou quais comunidades seriam contempladas na pesquisa, que correspondem justamente às comunidades atendidas pela escola (Fig. 2). Feita essa delimitação, sugere-se a observação espacial do território pelo uso de imagens de satélite, disponíveis em plataformas como o *Google Earth*, por exemplo. Essas imagens podem ser obtidas em diferentes escalas, onde se faz possível localizar os espaços a constarem na pesquisa e extrair mapas que expressem o recorte nela a ser oferecido.

Fig. 2: Comunidades atendidas pelo CED PAD-DF.



Fonte: CED PAD-DF 2021.

6.3.2. O estudo coletivo

Apresenta-se não apenas como a primeira etapa, mas essencialmente como uma etapa constante, a ser

exercida em momentos individuais e coletivos da vida pedagógica. Nesse sentido, é importante reservar o tempo-espço das coordenações coletivas para o estudo dos documentos norteadores da Educação do Campo - com destaque para a meta 8 do PDE (Distrito Federal 2015), a Portaria nº 419/2018 (*ibidem* 2018) e as Diretrizes (*ibidem* 2019) -, dos guias metodológicos (*ibidem* 2016; CALDART, *et al.* 2016), dos verbetes do Dicionário da Educação do Campo (CALDART, *et al.* 2012) e de outras publicações diversas acerca do tema, em respeito às particularidades e a intencionalidade de cada escola. Nesses períodos coletivos de coordenação, propõe-se a divisão de tarefas, como leitura e análise individual dos materiais, com o objetivo de produzir sínteses para o posterior compartilhamento em grupo. Dessa forma, os momentos individuais de reflexão integram os objetivos comuns da escola e compõem o estudo coletivo. A escola, assim, funciona como espaço de formação em Educação do Campo, inserida em um contexto de estudo e debate promovido pela própria equipe de educadoras.

6.3.3. O planejamento coletivo

Essa etapa decorre do estudo constante e do delineamento de objetivos comuns. O planejamento das aulas, com base no currículo, dialoga com a construção do Inventário, na medida em que envolve o estudante e o seu lugar de produção de vida, a sua identidade cultural e as formas de trabalho e organização social presentes na comunidade da qual faz parte (DISTRITO FEDERAL, 2021). Nessa fase, os guias metodológicos e os cadernos do Currículo em Movimento referentes a cada etapa e/ou modalidade funcionam como as principais referências (GDF, 2016; CALDART, *et al.* 2016; GDF, 2013). Enquanto os primeiros fornecem uma série de perguntas associadas ao Inventário, os cadernos fornecem os objetivos e os conteúdos aos quais essas perguntas se relacionam. Os planejamentos desenvolvidos pelas EC's Sítio das Araucárias e Guariroba, ainda que em contextos diferenciados, ilustram essa relação (Figs. 3).

A definição da pergunta consiste no ponto de partida para um planejamento coeso e exequível. Talvez essa corresponda, inclusive, à parte mais difícil de toda a trajetória científica referente ao Inventário: *qual pergunta a escola vai responder?* Esse primeiro passo, conexo à intencionalidade e à capacidade de síntese do coletivo escolar, desdobra-se em perguntas secundárias, mas não menos importantes. São essas as perguntas que guiarão as atividades pedagógicas, ou seja, para cada pergunta ou bloco de perguntas formulada, desenvolve-se uma atividade específica, no intuito de respondê-la. Para isso, recomenda-se consultar os guias metodológicos propostos pela GCAM (DISTRITO FEDERAL,

Fig. 3: Planejamento desenvolvido pela EC Sítio das Araucárias.

		Período: M18 a B111							
		SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA			
2017		Tipologia/Gênero Textual: Expressão Poética/Poema Objetivos: Identificar o contexto histórico de espaços de convivência como elementos constituintes de sua identidade; conhecer e respeitar diferentes modos de vida social; conhecer a realidade de comunidade do campo/rural; compreender a relevância da luta dos grupos sociais na democratização dos direitos políticos, dos avanços tecnológicos e das melhores condições de vida; reconhecer lugares por meio de mapas.				Valor: Respeito/Cidadania.			
Tema Interdisciplinar: Sem-terra/rural	Foco de uma Memória Sem-terrada: Conversa dirigida (3 Níveis de Leitura): Destacar aspectos curiosos de texto: - O que vocês acharam do poema? - Qual é o assunto? - Como é a vida da memória? - E se fosse com você? - O que aprenderam com o poema? (Moral/valor). O que é movimento dos trabalhadores rurais? Quais são as suas reivindicações? Levantamento de palavras desconhecidas e pesquisa no dicionário. Foco na estrutura do texto: rima, versos, estrofe. Projeção de teste coletiva: - Foco na estrutura do gênero poema.	REAGRUPAMENTO - Apresentação do mapa da rota do curral; - Identificação dos acampamentos (desolados, como, história das personalidades que dizem origem aos nomes); - Regras sociais; - 4ª e 5ª ano: Formação política, movimentos sociais, questão agrária no Brasil e reforma agrária. Foco na Alfabetização: - Verbos: presente, passado e futuro; - Lista de palavras, substantivos e adjetivos (adjetivos atribuir qualidades/características); - Manual de dicionário; - Vocabulário: ampliação de significação, sinônimos e antônimos; - palavras que rimam; - Modos de qualificação.	Simbologia dos movimentos: bandeiras, liras, outros símbolos. Projeção agrícola: agricultura familiar (produtos, estrutura, características e objetivos) e agroecologia (produtos, estrutura, características e objetivos); Cultura, arte, educação, e tecnologia (questão de direitos). Foco na matemática: - Representar lugares, orientações e deslocamento por meio de mapas; - identificar figuras espaciais por meio da vista superior (mapa); - Números: regra de contagem por agrupamento; porcentagem; - tabela e gráfico; - Situações-problema envolvendo interpretação de tabelas e gráficos; - registro de referência: casa escola.	FERRAJO	Da Mídia Horário Compactado de M18 a B11. Integrantes do MST apresentação. (Não confirmado)				
	Atividade e Preenchimento Projeção coletiva com foco nas lidas e na estrutura do gênero. ✓ Trabalho teste coletivo 3. Letra do texto 4. Conversa dirigida	✓ Oralidade (ilustração, objeto, imagens...)	✓ Foco nas lidas - Matemática (formalizar no caderno)		✓ Projeção Individual (texto ou frases). Com foco nas lidas e na estrutura do gênero.				
		MATEMÁTICA: Espaço e forma.				Música: Para não dizer que falei das Flores (Gerais Vandrê).			

Fonte: EC Sítio das Araucárias (2020).

2016) e por Caldart *et al.* (2016), que sugerem uma sequência de perguntas, já formuladas e que, portanto, requerem uma análise crítica por parte da escola com vistas à adaptação dessas ao seu contexto local, se necessário. Convém lembrar que os guias propõem as perguntas, mas não as atividades a serem realizadas no sentido de respondê-las. Logo, pode-se afirmar que essas atividades derivam do estudo e do planejamento coletivos de cada escola do campo, à luz do Currículo em Movimento (DISTRITO FEDERAL, 2013).

Uma vez definida a pergunta à qual a escola quer responder e identificados os objetivos e os conteúdos do currículo a ela associados, cabe reconhecer a matriz que melhor fundamenta o planejamento, no sentido de ligá-lo fortemente à Educação do Campo e à prática do Inventário. Sabe-se que as definições de cada matriz, como propõe Caldart (2004), não se encerram em si mesmas. As matrizes dialogam entre si e formam um contínuo de fundamentos que embasam a existência da Educação do Campo. Delimitar sobre a pergunta formulada pela escola do campo a influência de uma única matriz, no entanto, consiste em exercício de síntese, didática e aprofundamento necessários ao planejamento e a sua posterior realização.

Feita essa demarcação, cabe agora pensar em qual espaço-tempo a atividade será desenvolvida. Em termos de espaço, pode ser tanto no ambiente escolar (sala de aula, biblioteca, laboratório, quadra de esportes, jardim, parquinho, entre outros) quanto na comunidade (associação de moradores, casa de família, parque público, entre outros), a depender da intencionalidade da atividade proposta. Em relação ao tempo, pode ser durante uma aula (ou um bloco de aulas sobre determinado conteúdo), durante um bimestre ou até mesmo

durante um ano letivo, caso a pergunta formulada seja trabalhada como tema gerador⁵ e se desdobre em uma série de outras perguntas que componham o Inventário. Por isso faz-se essencial a fixação de um cronograma, que determine o tempo dedicado ao planejamento, à execução e ao registro da atividade e à sistematização da experiência.

Cumpridas essas etapas, cabe definir então a atividade a ser exercida e os materiais necessários para esse

exercício, sempre com vistas a responder a pergunta formulada. Os materiais podem ser dos mais simples, como prancheta, lápis, borracha, papel, caneta e caderno de campo, aos mais complexos, como imagens de satélite do território a ser estudado ou o *Global Position System* (GPS) associado a programas computadorizados de geoprocessamento e processamento remoto. O que cada escola fará com o material escolhido corresponde à atividade a ser realizada.

Já ao final dessa fase, cabe delinear os resultados que a escola espera obter com a atividade programada e escrever, de forma sucinta, sobre os próximos passos que a escola pretende dar em direção ao Inventário, o que inspira os novos planejamentos e a compreensão da tarefa de construção do documento como um todo. Convém, ainda, que cada ficha de planejamento (Fig. 5) contenha as referências bibliográficas utilizadas, o que facilita o trabalho quando na fase de publicação.

6.3.4. O levantamento de dados por meio das atividades planejadas

A fase de levantamento de dados acontece ao longo da realização das atividades pedagógicas planejadas na direção de responder às perguntas estabelecidas pela escola. Essa corresponde, portanto, ao momento de concretização do planejamento, e requer como ponto de atenção, mais uma vez, a divisão de tarefas. Importante definir as ações a serem desempenhadas por cada equipe de estudantes, orientados pelas educadoras, para que a tarefa realizada seja em todo registrada. O registro das ações pode ser feito por meio de fotos, vídeos, mapas, anotações,

desenhos, entre outros. Importante que esses registros não fiquem soltos, mas que sejam referenciados, ou seja, agrupados, datados e vinculados à atividade de realizada. Essa referência aos registros facilitará a fase de sistematização.

As ferramentas utilizadas para o levantamento de dados equivalem ao uso dos materiais definidos para a realização da atividade, conforme delimitado em cada ficha de planejamento⁶. Essas aplicações metodológicas, voltadas para a construção do Inventário, não diferem muito das possibilidades existentes em sala de aula. Ocorre, então, observar as experiências das escolas do campo, que melhor ilustram a variedade de metodologias usadas de modo a atender os objetivos traçados, ou em outras palavras, de modo a responder as perguntas formuladas.

O Inventário do CEF Boa Esperança (2021), no tocante à luta comunitária e às conquistas básicas da comunidade, resultou de pesquisa qualitativa realizada pelos estudantes do 8º ano sob a coordenação do professor de História (Fig. 4). Os registros foram compilados e estão disponíveis em *webfolio*, um modelo dinâmico de publicação do acervo construído. Em outro exemplo, o CEF Cerâmicas Reunidas Dom Bosco empregou a pesquisa quantitativa para caracterizar o relevo da região, em um cruzamento de dados oriundos tanto da comunidade quanto da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do DF (Fig. 5). Em diferente perspectiva, o CED Osório Bacchin, produziu a 1ª Feira Campesina de Artesanato, pois o tratamento dos dados colhidos a partir de questionário aplicado junto à comunidade revelou que a maioria das mulheres, cujos filhos e filhas estudam na escola, têm parte de sua renda obtida a partir produtos artesanais (Fig. 6). Nenhuma dessas metodologias usadas na construção do Inventário, ao que se percebe, escapa dos objetivos e dos conteúdos definidos no currículo, compete às escolas do campo, portanto, estabelecer essa relação.

6.3.5. A sistematização da experiência

Essa etapa, como dito anteriormente, raro se encontra atrelada à rotina escolar, o que levanta uma série de dúvidas a respeito de sua realização. No entanto, ela consiste em ação essencial para a completa caracterização do trabalho que envolve o Inventário como pesquisa científica. Observa-se ainda que quanto mais organizadas forem as etapas que a antecedem, mais simples será a sistematização.

Partindo desse princípio, confere que o registro referenciado das atividades desenvolvidas consiste em seu material-base: um conjunto de documentos a ser explorado pelo grupo de estudantes e educadoras

Fig. 4: Pesquisa qualitativa realizada por professor de História junto a estudantes de 8º ano.



Fonte: CEF Boa Esperança (2021).

responsáveis pela tarefa de sistematizá-los. Essa sistemática se constrói a partir do grupamento dos registros em uma estrutura organizada, feita a partir de análise, correlação entre os elementos observados, classificação e redução dos fatos a um único sistema. Para facilitar a compreensão de sistema aplicada ao Inventário, recorre-se aos blocos de levantamentos básicos propostos por Caldart *et al.* (2016), onde “Recursos Naturais”, “Pessoas/Famílias que compõem a comunidade da escola”, “Produção”, “Formas de trabalho e sua organização”, “Lutas sociais”, “Escola”, “O que fazem as crianças e jovens no tempo em que não estão na escola?” podem ser interpretados como sistemas que compõem o Inventário.

Essa capacidade de síntese conduzida a partir dos registros eleva a prática pedagógica desempenhada pela escola ao domínio da análise metodológica, da interpretação de dados, da produção de conhecimento, ou seja, da realização da ciência. O funcionamento da escola como laboratório que processa e transforma, de

Fig. 5: Dados quantitativos sobre tipos de relevo



Fonte: CEF Cerâmicas Reunidas Dom Bosco (2020)

Fig. 6: Inscrição de artesãos para a 1ª Feira Campesina de Artesanato.

1ª FEIRA CAMPESSINA DE ARTESANATO

INSCRIÇÃO

1- Nome: _____

2- Endereço: _____

3- Profissão: _____

4- Tipo de escola que estuda na escola () sim () não

5- Nome do Filho/a: _____

6- Que tipo de artesanato produz? _____

7- Gostaria de participar da Feira Campesina? () sim () não

Fonte: CED Osório Bacchin (2017).

maneira sistemática, a realidade que a circunda corresponde a uma conquista que confere sentido à existência da escola do campo.

Os registros que conduzem à sistematização, por sua vez, devem ficar arquivados, de maneira organizada e acessível, na própria escola. Alguns podem compor o Inventário de maneira ilustrativa, mas sem perder o entendimento de que o documento final decorre da síntese dos primeiros, e não de uma mera exposição deles.

7. A publicação do Inventário

Cumpridas todas as etapas, resta publicar o documento final, ainda que a ele caibam atualizações, conforme já mencionado neste artigo. Para os Inventários produzidos pelas escolas do campo, reserva-se uma data, geralmente anual, definida pela GCAM em parceria com as coordenações intermediárias das Coordenações Regionais de Ensino. Mas isso não é o suficiente, pois está clara a necessidade de se construir um veículo *online* para reunião e livre consulta aos Inventários. Sugere-se, então, que as instâncias centrais responsáveis pela Educação do Campo, apoiadas pelas escolas, formalizem junto à Secretaria de Estado de Educação do DF a criação de um canal que possa atender a essa demanda.

8. As categorias de análise

Este tópico reserva uma atualização das Categorias de Análise dos Inventários das Escolas do Campo publicadas por Seixas (2018). A categorização (Quadro 1) tem como objetivo pontuar critérios para a construção do Inventário, orientar o seu planejamento coletivo e avaliar junto às escolas do campo se as etapas desenvolvidas estão consoantes com a metodologia proposta. A

aplicação e o desenvolvimento dessas categorias de análise podem se desdobrar em métodos avaliativos processuais e finais sobre as atividades pedagógicas desenvolvidas pelas escolas do campo na construção do Inventário.

9. Desafios e perspectivas: reconhecendo os limites e valorizando as potencialidades

A formação da identidade da escola do campo do DF avança à medida em que se constrói o Inventário Social, Histórico, Cultural e Ambiental, principal instrumento de pesquisa acerca da realidade onde cada escola se insere. As conquistas no que cercam as políticas públicas, em especial as delineadas pela GCAM/Subeb, contribuem juntamente para a materialização de uma escola do campo organizada segundo os princípios, as matrizes e as práticas da Educação do Campo.

Experiências escolares relacionadas à produção de ciência e conhecimento e as vivências pautadas na auto-organização e na divisão do trabalho coletivo implicam necessariamente a reorganização do trabalho pedagógico, caminho que tem sido percorrido pelas escolas do campo em seus processos de formação. Devido a esses esforços conjuntos desempenhados pelas instâncias centrais e de base, consolida-se o entendimento de que o Inventário consiste em prática curricular e, portanto, integra o cotidiano das escolas do campo.

Nesse sentido, existe uma correlação entre as práticas pedagógicas e as etapas de pesquisa e levantamento etnográfico que demanda a construção do Inventário. Ainda que a sistematização e a publicação estejam relativamente apartadas do funcionamento escolar, percebem-se os esforços no sentido de integrá-las aos espaços da sala de aula e das coordenações individuais e coletivas. Essa assimilação do processo de pesquisa pelas escolas tende a emancipá-las ao pensamento crítico, à produção científica e à transformação da realidade na qual se insere.

Para permanecer em avanço, contudo, é preciso identificar e superar alguns obstáculos. A atual falta de professoras nas escolas do campo somada a uma alta rotatividade dessas profissionais ano a ano interferem na continuidade dos projetos e no envolvimento coletivo, o que prejudica o andamento do Inventário. De modo a atenuar esses impactos, recomenda-se que as escolas estejam em formação permanente, reservando espaços e tempos para estudo e planejamento coletivos no que tange à Educação do Campo. O acolhimento de novas profissionais também colabora para o aperfeiçoamento das experiências coletivas.

Nessa caminhada, o reconhecimento de cada escola do campo sobre o seu próprio estado da arte concernente ao Inventário constitui-se a principal

Quadro 1: Categorias de Análise para o Inventário Social, Histórico, Cultural e Ambiental.

Categorias de análise	Componentes	Observações
Abrangência da investigação	Envolvimento das comunidades escolar e local	De acordo com Caldart <i>et al.</i> (2016), entende-se por realidade distante uma usina ou fábrica que, embora situada fora dos limites territoriais que o estudo abrange, altera ou influencia a vida das famílias da comunidade inventariada.
	Recorte territorial para o estudo, planejamento e pesquisa	
	Abrangência de realidades distantes que influenciam a vida das famílias	
Métodos utilizados	Criação de vínculo com a comunidade por meio de:	O questionário, ainda que seja uma importante ferramenta para levantamento de dados, não demonstra ser o melhor método para fins de Inventário, visto que possui uma estrutura fechada e construída pela escola antes de ir ao campo, o que prioriza as hipóteses e as categorias do mundo cultural de dentro da escola e que, não necessariamente, correspondem às perspectivas da comunidade (Viertler 2002).
	Entrevistas	
	Questionário	
	Observação e observação participante	
	Atividades na escola envolvendo as comunidades escolar e local	
	Parcerias com movimentos sociais, Instituto Federal Brasília (IFB), Universidade de Brasília (UnB), Instituições Governamentais, entre outros	
Saídas a campo		
Planejamento das atividades	Ficha de planejamento (Fig. 5)	
	Estudo e debate coletivo	
	Registros feitos pela escola	
	Vinculação entre Inventário, PPP e Currículo em Movimento	
Ligação do conteúdo com a vida	Processo educativo envolvendo trabalho, conhecimento, ensino e participação	É importante que a escola problematize as diversas origens, características e finalidades das produções, sobretudo as agrícolas, de seu entorno, considerando as relações de trabalho, os movimentos de luta pela terra, a relação entre produção e natureza e os fins econômicos.
	Ligação entre o Inventário e as atividades de produção agrícola	
Desdobramentos práticos	Transformação do espaço escolar	
	Reorganização do trabalho pedagógico	
	Perspectivas e planejamento dos próximos passos	
	Interdisciplinaridade	
Aporte científico	As perguntas como ponto de partida	Entendimento de que a ciência é prática do cotidiano escolar e que, vinculada aos conteúdos curriculares, funciona como base à construção do Inventário.
	Definição dos materiais a serem utilizados	
	Planejamento das atividades	
	Levantamento de dados	
	Registro e sistematização das informações	
	Conclusões	
Publicação		

Fonte: Seixas (2018).

avaliação. É preciso valorizar o material produzido, organizá-lo e colocá-lo em visibilidade no ambiente escolar para que seja discutido e analisado. Essa valorização alarga as perspectivas, colabora para o

planejamento dos próximos passos e estimula a participação coletiva. Inserir-se na construção do Inventário Social, Histórico, Cultural e Ambiental e reconhecer-se nessa trajetória significa identificar-se enquanto escola do campo. ■

Notas

¹ Cabe aqui destacar os esforços conjuntos da Gerência de Pesquisa e Formação Continuada para Modalidades da Educação Básica da Subsecretaria de Formação Continuada dos Profissionais da Educação (GEMEB/EAPE), da Gerência de Atenção à Educação do Campo da Subsecretaria de Educação Básica (GCAM/Subeb) e das equipes de coordenação e formação do Programa Escola da Terra (BRASIL, 2013).

² De acordo com Seixas (2018), o Inventário Social, Histórico, Cultural e Ambiental “é a ferramenta a ser utilizada pela escola do campo para conhecimento de sua realidade, a partir do levantamento e do registro sistematizados de informações sobre a história, a cultura, a natureza e a biodiversidade, as formas de produção e o trabalho e as organizações coletivas, em determinado território. O estudo acerca da comunidade, a partir de onde vivem os estudantes, as suas famílias com seus laços sociais e o que produzem por meio do trabalho, é a base para a delimitação do espaço a ser inventariado”.

³ Neste artigo, com vistas à questão de gênero, os termos plurais ou genéricos referentes às categorias de profissionais da educação do DF serão utilizados todos no feminino, uma vez que somos em grande maioria representantes desse gênero.

⁴ O documento, embora publicado com intuito de instruir as escolas na elaboração do Inventário durante o período de pandemia do coronavírus SARS-CoV-2, aplica-se a quaisquer outros momentos da vida pedagógica.

⁵ Conceito trabalhado por Freire (2013).

⁶ A ficha de planejamento consiste em um instrumento metodológico, construído pela Equipe de Educação do Campo da EAPE, com o objetivo de organizar as etapas de elaboração do Inventário. Essa ficha resulta da experiência de análise e pesquisa dos Inventários construídos pelas escolas do campo somadas ao exame crítico por parte de educadoras participantes das formações destinadas ao estudo e à prática do Inventário. Contudo, ela consiste em uma mera proposta metodológica, e não em um instrumento obrigatório.

Referências

- BARBOSA, A. I. C. **A organização do trabalho pedagógico na Licenciatura em Educação do Campo/UnB: do projeto às emergências e tramas do caminhar**. Tese de doutorado apresentada no Programa de Pós Graduação da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. Brasília, 2012. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/11286>. Acesso em feve. 2022
- BRASIL, Presidência da República. **Decreto n.º 7.352, de 4 de novembro de 2010**. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA.
- BRASIL, Ministério da Educação. **Portaria nº 579, de 02 de julho de 2013**. Institui a Escola da Terra.
- BRASIL, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Educação Patrimonial: inventários participativos - manual de aplicação**. Brasília: IPHAN, 2016.
- CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (orgs.) **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
- CALDART, R. S.; HADICH, C.; TARDIN, J. M.; DAROS, D.; SAPELLI, M.; FREITAS, L. C.; KOLLING, E. J.; CERIOLI, P. R.; SILVA, N.; MARTINS, A. **Inventário da Realidade: guia metodológico para uso nas escolas do campo**. Guia discutido no Seminário: **Educação em Agroecologia nas Escolas do Campo**. Veranópolis/RS: IEJC, 2016.
- CARVALHO, H. M. Uma Ressignificação para a Reforma Agrária no Brasil. Texto I - Teses. In: STEDILE, J.P. (org.). **A questão agrária no Brasil: debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000**. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 127 a 140.
- CENTRO EDUCACIONAL AGROURBANO IPÊ - CAUB. **Inventário da Realidade**. Riacho Fundo, DF, 2018.
- CENTRO EDUCACIONAL DO PROGRAMA DE ASSENTAMENTO DIRIGIDO DO DISTRITO FEDERAL - CED PAD/DF. **Inventário Social, Histórico, Cultural e Ambiental**. Paranoá, DF, 2021.
- CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL BOA ESPERANÇA. **Inventário Social, Histórico, Cultural e Ambiental da Comunidade Escolar**. Ceilândia, DF, 2021. Disponível em: <https://sites.google.com/edu.se.df.gov.br/cefbe-inventario>
- CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL CERÂMICAS REUNIDAS DOM BOSCO. **Inventário Social, Histórico, Cultural e Ambiental**. Planaltina, DF, 2020.
- CENTRO EDUCACIONAL OSÓRIO BACCHIN. **Inventário da Educação do Campo: Quem conta um Conto, Aumenta um Ponto**. Planaltina, DF, 2017.
- ESCOLA CLASSE SÃO BARTOLOMEU. **Portfólio de Inventário Social, Histórico e Cultural das Escolas do Campo da SEDF**. São Sebastião, DF, 2020.
- ESCOLA CLASSE SÍTIO DAS ARAUCÁRIAS. **Inventário Social, Histórico, Cultural e Ambiental da Escola Classe Sítio das Araucárias**. Sobradinho, DF, 2020.
- DISTRITO FEDERAL, Câmara Legislativa. **Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009**. Aprova a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal - PDOT e dá outras providências. Disponível em: <http://www.seduh.df.gov.br/wp-content/uploads/2017/09/LC-DF-2009-00803-AT-3.pdf>
- DISTRITO FEDERAL Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Currículo em Movimento do Distrito Federal: Educação Infantil**. Brasília, 2013.
- DISTRITO FEDERAL Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Currículo em Movimento do Distrito Federal: Ensino Fundamental Anos Iniciais - Anos Finais**. Brasília, 2013.
- DISTRITO FEDERAL Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Currículo em Movimento da Educação Básica: Ensino Médio**. Brasília, 2013.

- DISTRITO FEDERAL Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Currículo em Movimento do Novo Ensino Médio**. Brasília, 2013.
- DISTRITO FEDERAL Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Currículo em Movimento da Educação Básica: Pressupostos Teóricos**. Brasília, 2013.
- DISTRITO FEDERAL Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Portaria nº 15, de 11 de fevereiro de 2015**. Institui o Regimento Escolar da Rede Pública do Distrito Federal.
- DISTRITO FEDERAL Câmara Legislativa. **Lei 5.499, de 14 de julho de 2015**. Institui o Plano Distrital de Educação - PDE e dá outras providências. Brasília, 2015.
- DISTRITO FEDERAL Coordenação de Políticas Educacionais para Etapas, Modalidades e Temáticas Especiais de Ensino. **Inventário: Proposta Didática para Construção do Inventário Social, Histórico e Cultural das Escolas do Campo**. Brasília: SEEDF, 2016.
- DISTRITO FEDERAL Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Portaria n.º 419, de 20 de dezembro de 2018**. Institui a Política de Educação Básica do Campo, no âmbito da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.
- DISTRITO FEDERAL Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Diretrizes Pedagógicas da Educação Básica do Campo para a Rede Pública de Ensino do Distrito Federal**. Brasília, 2019.
- DISTRITO FEDERAL Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Censo Escolar DF**. Brasília, 2020. Disponível em: <http://dadoseducacionais.se.df.gov.br/>. Acesso em fev. 2022.
- DISTRITO FEDERAL Subsecretaria de Educação Básica / Subsecretaria de Formação Continuada dos Profissionais da Educação / Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Orientações para a construção do Inventário Social, Histórico, Cultural e Ambiental**. Brasília, 2021.
- Disponível em: sei.df.gov.br Cf. 00080- 00027172/2021-752020.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 67ª edição, 2013.
- MOVIMENTO DAS TRABALHADORAS E DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Proposta de Reforma Agrária Popular do MST. In: STEDILE, J.P. (org.). **A questão agrária no Brasil: debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000**. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 149 a 165.
- PISTRAK, M. M. **Fundamentos da Escola do Trabalho**. Tradução de REIS FILHO, D. A. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- SILVA, J. G. Por Uma Reforma Agrária Não Essencialmente Agrícola. In: STEDILE, J.P. (org.). **A questão agrária no Brasil: debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000**. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 69 a 84.
- SEIXAS, A. C. P. S. O Inventário como ponto de partida à construção da Escola do Campo do Distrito Federal. 2018. **Abrindo Trilhas para a Educação do Campo, Cadernos Revista Com Censo**, v. 5, n. 4, pp. 151-159.
- SOUZA, S. O. O Inventário Social, Histórico e Cultural e o Projeto Político Pedagógico: instrumentos basilares para a organização do trabalho pedagógico e a construção da identidade das Escolas do Campo. 2018. **Abrindo Trilhas para a Educação do Campo, Cadernos Revista Com Censo**, v. 5, n. 4, pp. 151-159.
- VIERTLER, R. B. Métodos Antropológicos como Ferramenta para Estudos em Etnobiologia e Etnoecologia. In: AMOROZO, M.C. M.; MING, L. C.; SILVA, P. (orgs.) **Métodos de Coleta e Análise de Dados em Etnobiologia e Etnoecologia e Disciplina Correlatas**. Rio Claro, São Paulo: UNESP / CNPq, 2002.

Agradecimentos

A todas as professoras e professores das escolas do campo do DF, o meu reconhecimento; Às escolas CAUB, PAD-DF, Boa Esperança, Cerâmicas Reunidas Dom Bosco, Osório Bacchin, São Bartolomeu, Guariroba e Sítio das Araucárias, cujos Inventários forneceram material para a elaboração deste artigo; Às coordenações intermediárias das Regionais de Ensino e o seu incansável apoio às escolas do campo; À equipe de formação em Educação do Campo da GEMEB/EAPE, pelo trabalho coletivo; À formadora e atual gerente da GEMEB/EAPE, Prof.ª Raquel Soares de Santana, pelo apoio e dedicação à Educação do Campo; À GCAM, pela parceria; À equipe de formadoras e formadores do Programa Escola da Terra e sua contribuição especial para a formação continuada em Educação do Campo; Às revisoras e aos revisores da Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal, e ao Grupo de Pesquisa da EAPE.